

## Economistas discutem a ação do estado na pandemia

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

João Carlos Ferraz e Pedro Cavalcanti Ferreira discordam sobre o papel do poder público e o escopo das intervenções estatais na economia pós-crise sanitária



Foto: Montagem sobre fotos de Paula Giolito / Agência O Globo; e Fabio Rossi / Agência O Globo

**JOÃO CARLOS FERRAZ**, 67 anos, mineiro

O que faz e o que fez: professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já foi vice-presidente e diretor de Planejamento do BNDES e diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Formado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez doutorado na Universidade de Sussex

**PEDRO CAVALCANTI FERREIRA**, 60 anos, fluminense

O que faz e o que fez: professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (EPGE-FGV) e diretor do Centro de Pesquisa FGV Crescimento & Desenvolvimento. Foi secretário executivo da Sociedade Brasileira de Econometria. Formou-se e fez mestrado em economia na PUC-Rio. Tem mestrado pela Universidade da Pensilvânia

O setor privado tem condições sozinho de produzir crescimento sem a ação do Estado?

**JOÃO CARLOS FERRAZ** Não é capaz, assim como o Estado sozinho não é capaz também. No Brasil, com o desmatamento da Amazônia, o setor privado está perdendo mercado e não pode fazer nada sozinho quanto a isso. Pode fazer, desde que esteja associado com o Estado, em consonância com os interesses da sociedade, definidos na política.

**PEDRO CAVALCANTI FERREIRA** Não vejo a ação do Estado como imprescindível. O governo poderia ajudar regulando setores que está tentando privatizar. Mas não entrar como o velho indutor do crescimento. No saneamento, estou bastante otimista com a nova regulação aprovada.

O governo americano prepara um pacote de US\$ 3 trilhões para ativar a economia. A intervenção estatal hoje em voga em boa parte do mundo deve continuar no pós-pandemia?

**JCF** A intervenção do Estado é necessária, historicamente presente e deve cumprir objetivos que são definidos como relevantes para determinada sociedade. Os Estados Unidos tentam se proteger, os alemães buscam manter as vantagens competitivas nas indústrias mecânica e química, a União Europeia tem pela frente os desafios do desenvolvimento. Todos eles, mal ou bem, têm em comum o progresso técnico e a sustentabilidade ambiental. A intervenção do Estado no século XXI não é a do século XIX. Ela mira objetivos estratégicos em parceria com o setor produtivo. Biden está mirando infraestrutura, combate à pobreza, meio ambiente, tecnologia e desigualdade. Estamos desmontando a capacidade do Estado

brasileiro de fazer intervenção em prol do desenvolvimento, e isso vai deixar sequelas.

PCF Na academia, em geral, não tem ninguém contra a intervenção do Estado, somente hiperliberais que estão muito atrasados e ainda pensam da mesma maneira que se pensava nos anos 1950, sem considerar as imperfeições do mercado. Todo mundo é a favor. O problema é como e onde. No Brasil, grande parte das intervenções foi equivocada, como a nova matriz econômica (de Dilma Rousseff) que transferiu dinheiro para construir estaleiro, a Refinaria Abreu e Lima, a Usina de Belo Monte, ignorando os pareceres técnicos, beneficiando pequenos grupos. É uma política que não tem impacto tão grande como seus defensores gostam de dizer. Na educação, na saúde, no Bolsa Família, na infraestrutura o governo tem um papel muito grande. É muito melhor gastar em infraestrutura do que subsidiar um setor, perseguindo campeões nacionais.

No caso do Brasil, já endividado e com déficit público alto, é possível uma ação mais abrangente do Estado?

JCF Como mantenho a confiança nos mercados e, ao mesmo tempo, atendo às demandas que sociedade tem? Não adianta apertar os cintos e esquecer a política social. Não podemos desconhecer que existe um mercado, mas as soluções não podem ser só os ditames dele. O mercado foi eleito? Tem mandato? Tem de cuidar da coisa pública, ser cauteloso, conservador, prestador de contas e induzir a confiança em todos.

PCF A questão é o limite do gasto. Não concordo que se pode gastar à vontade. Isso é um erro. Ainda vale a restrição orçamentária do governo. Tem de gastar o que for necessário na saúde, para combater a fome, num governo funcional, para comprar vacina. Isso é uma coisa. Outra é se vai gastar em outros pacotes, sem avaliar custo e benefício. Vale a pena construir mais uma refinaria como a Abreu e Lima, ou aumentar o valor do Bolsa Família? Acho que vale a pena o Estado crescer para diminuir a pobreza. Deve gastar mais em infraestrutura que tem retorno enorme, privatizar parte da infraestrutura, como a Eletrobras. Há medidas que podem ativar o crescimento que não são gastos, como a reforma tributária, uma reforma administrativa mais agressiva, liberalização comercial mais forte. Essa agenda o governo meio que abandonou. O presidente nunca teve muito apetite por ela.

Uma política industrial é necessária no país?

JCF É importante mudar essa denominação de política industrial, que ganhou conotações negativas que são difíceis de desconstruir. O melhor é usar política de desenvolvimento produtivo, que tem uma lógica mais ampla, que é orientada por desafios que queremos enfrentar. O desafio do meio ambiente precisa de política de desenvolvimento produtivo, sim. Os desafios do agro, da indústria manufatureira, todos eles balanceados relativamente à disponibilidade de recursos. Como se escolhem desafios? Nesse ponto, entramos no âmbito da política. Meio ambiente é um desafio.

PCF Não. Todos os exemplos de política industrial foram malsucedidos. O que alavanca crescimento é investir pesadamente em educação, em infraestrutura, abrir a economia.

O que vai mudar de forma permanente nas relações entre Estado e setor privado?

JCF A pandemia trouxe a importância da ciência e da tecnologia para o bem-estar das pessoas. A ciência ganhou maior valor que antes da pandemia, com essas vacinas super-rápidas, aceleramos processos do conhecimento à produção. Essas coisas acontecem quando há dinheiro do Estado, política pública, onde entram agências de governo, institutos de pesquisa e setor privado.

PCF Uma das coisas que a sociedade vai cobrar é o papel do Estado na saúde. O SUS funcionou bem, no geral, mas a sociedade acordou para o fato de que a saúde pública poderia ser dez vezes melhor. Também vai cobrar mais na educação. Não vejo a sociedade se levantando para ter uma Petrobras maior ou a volta de alguma estatal.

